

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Ações da Vale surfam na alta de preço do minério de ferro	2
Título: Decisões criaram bola de neve fiscal que culminou com as pedaladas	4
Título: Derrocada industrial	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	8
Título: Conta de luz não vai ter taxa extra no mês que vem, afirma Aneel	8
Título: Ex-diretor da Petrobras relata propina a ministro do TCU	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	10
Título: Estaleiro da Odebrecht pede recuperação	10
VEÍCULO: Valor Econômico	11
Título: Minério e combustíveis pressionam inflação no atacado	11
Título: BNDES perde voto em comitê que discute conteúdo local	13
Título: Redução de pessoal deverá custar R\$ 2,5 bi à Eletrobras	14
Título: Indenizações por linhas de transmissão não vão para dívidas	15
Título: Destaque	17
Título: Enseada pede recuperação extrajudicial	17
Título: EUA adiam regras para etanol e geram incerteza no mercado	19

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ana Paula Ribeiro****Título: Ações da Vale surfam na alta de preço do minério de ferro**

Papéis já subiram mais de 30% só este ano. Mas analistas veem risco de reversão de tendência.

Iniciar o ano acumulando um ganho de mais de 30% parece quase impossível. Mas foi isso que ocorreu com quem começou 2017 com ações da Vale na carteira de investimentos. O primeiro mês do ano nem acabou e esses papéis já subiram mais de 30%. Os analistas até acreditam em mais ganhos ainda a curto prazo, embora de menor intensidade, porém alertam que iniciar agora os investimentos nesses papéis embute um sério risco: uma reversão na tendência de alta do minério de ferro, principal motivo para a valorização da mineradora.

Até a última sexta-feira, as ações preferenciais da Vale tinham subido 37,5% no ano, cotadas a R\$ 32,10. Isso significa que quem tinha R\$ 1.000 nesse tipo de papel da mineradora no fim do ano passado já tem agora R\$ 1.370 — lembrando que, ao fazer o resgate, há o recolhimento de impostos sobre os ganhos. Os estrangeiros que aplicaram nos recibos de ações na Bolsa de Nova York (ADRs, na sigla em inglês) também registram rendimentos expressivos em 2017, de 40%.

Analista do setor de mineração do banco Santander, Bruno Giardino explica que a disparada de preço das ações da Vale é justificada, principalmente, pela recuperação dos preços do minério de ferro no exterior. A cotação da commodity saiu da casa de menos de US\$ 40 no início do ano passado para mais de US\$ 80.

— O preço do minério de ferro não para de subir, e a Vale vai junto. Há outros fatores que ajudam, como uma gestão financeira mais disciplinada da empresa, que está reduzindo seu endividamento, mas a alta do minério de ferro é o principal fator — explica.

O minério de ferro começou a subir com a sinalização de que a desaceleração na economia chinesa não seria tão brusca quanto os analistas temiam. A expansão do Produto Interno Bruto (PIB) chinês foi de 6,7% no ano passado, pouco abaixo dos 6,9% de 2015. Além disso, o governo chinês sinalizou estímulos para a economia, que passam pela manutenção dos investimentos em infraestrutura, o que aumenta a demanda por aço — que é produzido a partir do minério de ferro e do carvão.

REDUÇÃO DA DÍVIDA

A interpretação é que na China há um excesso de oferta desses itens, mas, ainda assim, manteve-se a perspectiva de alta nos preços do aço, o que puxou junto os materiais básicos. No entanto, ninguém sabe ao certo até quando irá durar essa tendência, e é aí que está o risco do investimento nas ações da Vale.

— Em algum momento, haverá a reversão do preço do minério de ferro, e essa é a nossa principal preocupação. Ninguém sabe quando isso vai acontecer. Mas, enquanto não tem essa queda, o papel da Vale vai continuar indo bem — lembra Giardino, que por enquanto recomenda a manutenção do investimento no papel.

Os analistas do Citigroup concordam que a valorização do minério de ferro é causada por uma forte demanda por parte da China. Mas, enquanto a projeção para o preço da tonelada do minério foi revisada para cima para os primeiros trimestres de 2017, para o fim do ano é esperada uma queda. O valor estimado para a tonelada da commodity é de US\$ 77 no primeiro trimestre, ante US\$ 60 da projeção anterior. Para o período de outubro a dezembro, no entanto, a estimativa cai para US\$ 53, e o preço médio para 2018 é de US\$ 48.

Apesar de esperar uma queda no preço do minério, o Citi recomenda a compra das ações da Vale, em especial por causa da gestão da empresa. Mas reconhece que há um risco nessa estratégia. "A demanda por metais continua muito dependente da China. Qualquer redução no consumo de metais por parte da China poderia estimular uma pressão de baixa nos preços e nos fluxos de caixa para a Vale", explicaram Alexander Hacking e Thiago Ojea.

Quando se fala em gestão da Vale, o que os analistas mais destacam é o esforço que a empresa tem feito nos últimos trimestres para reduzir sua dívida líquida. Para isso, tem vendido ativos, concentrando sua operação no negócio de minério de ferro. Mas a alta dos preços do minério de ferro contribui para que a empresa não precise acelerar o seu plano de desinvestimento — e, por isso, poderá vender seus ativos a preços mais atraentes.

Ao fim do terceiro trimestre, a dívida líquida (dívida bruta menos a geração de caixa) da empresa estava em torno de US\$ 26 bilhões. O objetivo é que fique entre US\$ 15 bilhões e US\$ 17 bilhões até o fim de 2017. Mesmo que o minério de ferro caia para o patamar de US\$ 60, essa meta será atingida sem a necessidade de venda de ativos.

Na avaliação de Pablo Spyer, diretor da Mirae Asset, outro fator que ajuda o cenário de alta para o minério de ferro é a economia americana. Com a posse

de Donald Trump, economistas estão esperando uma aceleração dos investimentos em infraestrutura.

— Os Estados Unidos estão querendo investir muito em infraestrutura, e o apetite da China por investimentos também não arrefeceu como se esperava. Há um cenário menos negativo para a economia global, e isso favorece as commodities de uma forma geral — afirma.

IMPACTOS DA SAMARCO

Outros fatores tendem a influenciar o comportamento das ações da Vale. Um deles é o desdobramento que pode ter a catástrofe ambiental da Samarco, de junho de 2015, em Mariana (MG). A empresa é uma joint venture entre Vale e BHP Billiton.

A mineradora brasileira já fez um ajuste contábil em seu balanço relacionado ao prejuízo dessa parceria, mesmo que não esteja descartada a volta da operação da Samarco. O problema é que ainda não há um termo final de responsabilidades e indenizações, que devem resultar dos estudos dos impactos ambientais da catástrofe.

Os analistas ainda lembram que a Vale precisa renovar o seu acordo de acionistas, que vence em abril, mas que isso deve ser equacionado. Os controladores da mineradora são a Litel Participações, Bradespar, a japonesa Mitsui e o BNDES.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Decisões criaram bola de neve fiscal que culminou com as pedaladas

Texto mostra mudança no setor elétrico e expansão a qualquer custo.

A busca do crescimento da economia a qualquer custo pôs de lado a disciplina fiscal. E para compensar as desonerações e os gastos para manter a atividade rodando, as contas públicas foram sendo corroídas, com uso de artifícios cada vez mais complexos para manter o superávit primário (economia para pagar juros da dívida pública). Os jornalistas explicam detalhadamente uma dessas operações para injetar R\$ 25,4 bilhões no caixa do Tesouro.

Um trecho do livro mostra que "a presidente ficou perplexa quando ouviu que o dinheiro saía do Tesouro, ia para o BNDES, depois voltava para o Tesouro e, em seguida, ia para não sei onde" lembra um funcionário do governo.

Os jornalistas, ao percorrerem os caminhos do dinheiro público, usaram informações que estão disponíveis, mas tão escondidas que quase impedem o acesso sem guia, como no Portal da Transparência, comprovando adiamento de repasses.

O livro mostra os bastidores da decisão sobre a mudança na regulação do setor elétrico que previa redução das contas de luz, em média, de 20%, em 2013, exatamente num momento de consumo em alta e reservatórios em baixa. Em 2015, o serviço ficaria 50% mais caro.

"Este livro dá uma importante contribuição para o entendimento desta tragédia econômica e social, ao analisar em detalhe os eventos e temas mais importantes desse período" escreveu Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central que assina o prefácio da obra.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Daiane Costa

Título: Derrocada industrial

Setor de transformação do Rio recua 21% desde 2012, pior desempenho em três décadas.

A indústria de transformação fluminense vive sua pior fase das últimas três décadas. Com a produção sem crescer há três anos, o segmento acumula recuo de 21% de 2012 a 2016, segundo levantamento da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). Na avaliação de economistas, a crise dos últimos anos é um retrato da recessão vivida pelo país, que derrubou a demanda e paralisou os investimentos. Nestes cinco anos, a queda do setor é o dobro da registrada entre 1994 e 2000, quando havia acumulado perda de 10,4%, o que era considerado até então seu pior desempenho.

Para a Firjan, o cenário negativo foi potencializado pela carga tributária elevada do setor — quase metade de tudo que é produzido pela indústria é direcionado ao pagamento de impostos. A queda histórica ocorre após o período de maior bonança da indústria de transformação no estado. Entre 2001 e 2011, a atividade cresceu 14%.

— Certamente o desempenho da indústria do Rio de Janeiro está associado ao desempenho geral da indústria brasileira, que, em 2015, encolheu 8,3% e fechou no negativo em 2016 novamente. Os principais segmentos industriais afetados pela crise são também os que têm peso importante na economia do

estado: cadeia de óleo e gás, a da construção civil e a produção de veículos automotores — analisa Guilherme Mercês, economista-chefe da Firjan.

Rafael Cagnin, economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), ressalta que um dos agravantes dessa crise é que alguns dos setores fortemente afetados fornecem insumos para empresas de todo o país. É o caso dos ramos petroquímico e químico. Juntamente com a indústria extrativa (petróleo e gás), eles representam a principal atividade industrial do estado:

— Os problemas de gestão da Petrobras não são o resumo da ópera. E esse atoleiro não se restringe ao Rio de Janeiro. A recuperação do desempenho industrial do Rio passa pela recuperação do país todo porque o estado é fornecedor de insumos. A retomada da economia é fundamental e dará um horizonte, um indicativo para tornar o setor mais dinâmico novamente.

EM 2017, AJUDA DA INDÚSTRIA EXTRATIVA

Para 2017, as perspectivas são de paralisação da queda da produção da indústria de transformação do estado. Segundo Mercês, haverá um respiro de 0,1%, devido a uma melhora na atividade extrativa, cujas expectativas estão ancoradas numa retomada dos projetos da Petrobras, com impacto positivo nas indústrias metal-mecânica e naval, e na demanda da indústria geral, devido à trajetória de queda dos juros.

A previsão da entidade é que, no primeiro semestre desse ano, o setor já registre aumento das horas trabalhadas e do nível de uso da capacidade instalada que, segundo o dado mais recente, de novembro, estava em 74,2%, o segundo menor nível para o mês da série histórica da Firjan, iniciada em 2003. Só não foi pior do que em 2015, quando a indústria de transformação fluminense usou, em média, apenas 71,8% da capacidade instalada em novembro. O dado atual também é inferior à média do setor no estado, que está em 80,4%. Para Mercês, se confirmada a previsão, será um indicativo de que a crise foi estancada: — Parar de cair é um bom sinal. Significa que já não é preciso cortar custos, demitir. A indústria extrativa já caminha no campo positivo por causa da reestruturação da Petrobras. Como é um dos carros-chefe da economia do estado, ajudará a produção industrial a parar de cair.

André Macedo, gerente da Coordenação de Indústria do IBGE, destaca que, quando se observa o setor como um todo, a indústria extrativa tem um comportamento positivo destoante: — Todos os demais vêm num movimento de queda e com viés de queda, acompanhando o nível do Brasil.

O empresário industrial fluminense continua pessimista. Levantamento mais recente, de janeiro, mostra que o índice de confiança medido pela Firjan (ICEI-RJ) está em 43,5 (abaixo de 50, o que indica pessimismo) e abaixo do indicador nacional, cuja média é de 50,1 pontos. Desde abril de 2015, esse indicador do estado apresenta pessimismo maior do que o brasileiro. Mercês explica que esse descolamento se mantém porque a situação fiscal do estado começou a se agravar, enquanto o governo federal começou a traçar planos para combater os problemas da União, anunciando a PEC do teto de gastos e a reforma da Previdência. O resultado de janeiro, no entanto, interrompeu uma série de três quedas seguidas do indicador. Foi a primeira vez, na série histórica iniciada em 2010, que o ICEI-RJ avançou em janeiro, na comparação com dezembro. De acordo com o índice, essa melhora ocorreu por causa do otimismo com o cenário econômico daqui a seis meses.

Essa mistura de pessimismo com a realidade atual e expectativa positiva em relação ao segundo semestre do ano fica clara numa conversa com industriais que têm amargado perdas com a crise. Marcelo Oazen, diretor da Plastlab, empresa de Madureira produtora de 2,5 mil itens diferentes de plástico, diz que o faturamento da empresa, nos últimos sete meses, caiu 40% devido à queda na demanda.

— Sou uma indústria que fornece para outras indústrias, hospitais e confeitarias. Todo mundo sofreu com a crise. Tive de baixar os preços dos meus produtos para não perder mais clientes. Está bastante complicado. Isso tem tudo a ver com a recessão, que secou o dinheiro de todo mundo, e com a insegurança jurídica e o ambiente de negócios que se deteriorou muito no estado — diz Oazen, fazendo referência à liminar da Justiça que proibiu o governo estadual de renovar ou conceder incentivos fiscais a empresas para que elas permaneçam ou se instalem no estado.

Para não demitir nenhum dos 80 funcionários nem diminuir o ritmo de produção, o empresário trouxe alguns serviços que eram terceirizados para dentro da empresa:

— A maior parte do meu pessoal tem muitos anos de casa. É um capital que não conseguirei repor lá na frente.

CONCESSÕES PODERIAM ALIVIAR CRISE

Marcelo Kaiuca, sócio-proprietário da Multi-bloco e presidente da Associação das Empresas do Distrito Industrial de Queimados, opera hoje com apenas metade da capacidade instalada de sua fábrica, produtora de blocos, canaletas, meios-fios, pisos e tubos de concreto. Como depende da construção civil para escoar a produção, sentiu em cheio a crise que também atingiu o setor

imobiliário. No auge da produção, impulsionada pelas obras dos eventos esportivos internacionais que o Rio sediou nos últimos anos, chegou a usar 90%. Reclama que as obras inacabadas ou travadas no estado e no município, como a extensão da Linha 4 do metrô até a Gávea e a duplicação do trecho da Serra das Araras na Via Dutra (BR-116), estão atravancando a retomada do mercado de trabalho e da indústria no estado.

Em 2016, 14.439 empresas foram extintas no Estado do Rio, o pior cenário em pelo menos 17 anos. Com isso, o saldo entre abertura e fechamento foi de apenas 27 mil empresas, o menor desde 2007 e próximo ao mínimo histórico registrado no estado (22,5 mil em 2003). Os dados são da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Reuters

Título: Conta de luz não vai ter taxa extra no mês que vem, afirma Aneel

As contas de luz no Brasil em fevereiro terão bandeira tarifária verde, o que significa que não haverá cobrança extra aos consumidores, informou a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Segundo a agência, condições hidrológicas favoráveis, que têm ajudado a produção das hidrelétricas no país, possibilitaram a bandeira verde, que sinaliza que não há riscos na oferta de energia.

Quando a oferta é menor, podem entrar em vigor as bandeiras amarela e vermelha, que elevam o custo das contas para incentivar um consumo mais eficiente, segundo a Aneel.

A bandeira está verde desde dezembro em novembro, a sinalização era amarela.

A bandeira amarela representa um custo adicional de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. Na bandeira vermelha, a taxa é de R\$ 3 por 100 kWh.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Poder**Autor:** Letícia Casado e Bela Megale**Título:** Ex-diretor da Petrobras relata propina a ministro do TCU

O ex-diretor da Petrobras Renato Duque, preso em Curitiba, disse na negociação de sua delação premiada na Lava Jato que Augusto Nardes, ministro do TCU (Tribunal de Contas da União), recebeu R\$ 1 milhão entre 2011 e 2012 para não criar empecilhos em procedimentos contratuais de uma plataforma.

Em anexo que integra a proposta de acordo, Duque relata, segundo a Folha apurou com pessoas ligadas à investigação, que se reuniu com Nardes em um jantar na casa do ministro para acertar o pagamento. No encontro, chegaram ao montante de R\$ 1 milhão, que corresponderia a um percentual do contrato.

Os valores, segundo o ex-diretor da Petrobras, foram repassados por Pedro Barusco, na época gerente de Serviços da estatal e braço direito de Duque.

O dinheiro teria sido direcionado a uma pessoa ligada a Nardes responsável por repassar a ele o valor, segundo o ex-dirigente da Petrobras.

Essa não é a primeira vez que o ministro do TCU é alvo de uma delação premiada.

Como a Folha revelou em março de 2016, o ex-deputado Pedro Corrêa que, entre 2003 e 2005, quando Nardes era deputado pelo PP, ele estava entre os nomes que recebiam propina da Petrobras.

Em 2005, quando Nardes foi nomeado para o TCU, foi destruído um recibo que comprovava o pagamento da propina para não "prejudicar sua nomeação", segundo Corrêa.

Esta é pelo menos a terceira vez que Duque tenta fazer um acordo de delação.

Desde o ano passado, as negociações passaram a ser conduzidas por Figueiredo Basto, Adriano Bretas e Tracy Reinaldet, que juntos são os advogados que mais fecharam delações na Lava Jato, cerca de 20.

As negociações avançaram até a assinatura do termo de confidencialidade, mas o acordo parou na proposta de pena de cinco anos de prisão.

Com novas delações como a da Odebrecht, integrantes da força-tarefa ouvidos pela Folha afirmam que o interesse em eventual negociação com Duque se

perdeu mais uma vez. Os motivos são diversos, como informações insuficientes ou impossíveis de serem comprovadas.

Condenado em três ações, as penas de Duque já somam 51 anos.

OUTRO LADO

Procurado pela reportagem, o ministro do TCU (Tribunal de Contas da União) Augusto Nardes afirmou que não procedem as informações da negociação do ex-diretor da Petrobras Renato Duque.

"Nunca recebi o Duque em minha casa", disse ele sobre o suposto encontro com o executivo para tratar de pagamento ilícito.

"O condenei em processos do TCU. Deve ser vingança", concluiu o ministro.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Josette Goulart

Título: Estaleiro da Odebrecht pede recuperação

Com dívidas de R\$ 1,3 bi, Enseada Paraguaçu é a 1a. empresa da Odebrecht a pedir aprovação de um plano à Justiça para tentar evitar falência.

O estaleiro Enseada Paraguaçu, que tem como principal sócio a Odebrecht, pediu na sexta-feira à noite que a Justiça do Rio de Janeiro homologue um pedido de recuperação extrajudicial da companhia. Cerca de 60% dos credores aderiram ao plano e o valor total da dívida que faz parte do processo é de cerca de R\$ 750 milhões. A estimativa é de que o estaleiro ainda tenha dívidas de R\$ 2 bilhões com bancos.

Esta é a primeira vez que uma empresa do grupo Odebrecht recorre à Justiça para ter um plano de recuperação aprovado. A recuperação extrajudicial, porém, é diferente da recuperação judicial já que a negociação das condições da reestruturação dependem apenas dos credores. No plano a ser homologado na Justiça, a previsão é de que a dívida seja paga em 19 anos.

De acordo com o pedido inicial feito à Justiça, e que o Estado teve acesso, a proposta foi aprovada por 64% dos credores da unidade de negócios da Bahia. A empresa também tem uma unidade no Rio de Janeiro.

A estratégia do Enseada foi negociar separadamente as dívidas para ter quórum suficiente para aprovar um plano extrajudicial e evitar a recuperação judicial. A requisição da empresa na Justiça também é de que todas as execuções de

dívidas ou pedidos de falência sejam suspensos. Mas, mesmo se aprovado, os credores que não aderiram ao plano podem recorrer da decisão.

O Enseada Paraguaçu foi construído para atender aos contratos fechados com a Sete Brasil que em 2011 encomendou seis sondas da empresa. O balanço de 2015 da companhia já mostrava os sinais de dificuldade. Havia um passivo (dívidas) de curto prazo de R\$ 2 bilhões sem nenhuma cobertura de novas receitas. A Sete Brasil deixou de repassar para o estaleiro R\$ 1,4 bilhão pelos contratos de navios que já estavam em construção.

Propinas. A Sete Brasil, que também está em recuperação judicial, deixou de pagar os 28 navios que contratou de cinco estaleiros depois que denúncias de corrupção impediram a companhia de conseguir um empréstimo de longo prazo. Entre as denúncias estavam a de que os estaleiros teriam pago propinas para conseguir os contratos.

As encomendas do Enseada somavam US\$ 6,5 bilhões e, além da construção de seis navios-sonda, previam ainda conversão dos cascos de quatro petroleiros para a Petrobrás. Além da Odebrecht, eram sócios originalmente do estaleiro as construtoras UTC, OAS e o grupo japonês Kawasaki - os investimentos no estaleiro chegaram a R\$ 2,7 bilhões.

O estaleiro está 85% pronto e a ideia é a partir da recuperação judicial estabilizar a dívida e passar a usar a estrutura em outras atividades. Entre os principais credores da recuperação extrajudicial estão as empresas GE, Caterpillar e National Oilwell Varco. Procurada, a Odebrecht confirmou o pedido de recuperação extrajudicial, mas não informou mais detalhes da ação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Arícia Martins

Título: Minério e combustíveis pressionam inflação no atacado

Ainda sob o efeito do reajuste de combustíveis no fim de 2016 e da pressão do minério de ferro, a inflação no atacado aumentou novamente em janeiro, avaliam economistas. Por isso, a estimativa média de 14 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor Data aponta que o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) avançou 0,72% no primeiro mês do ano, depois de alta de 0,54% em dezembro.

As projeções para o indicador, a ser divulgado hoje pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), vão de 0,57% até 0,79%. Caso as previsões se confirmem, a inflação acumulada em 12 meses pelo IGP-M, que indexa diversos contratos,

deve continuar em desaceleração relevante, ao passar de 7,17% para 6,7% neste mês.

Embora os produtos agropecuários tenham acentuado sua deflação na passagem mensal, a ascensão dos produtos industriais teve peso maior em janeiro, afirma Márcio Milan, economista da Tendências Consultoria. Em seus cálculos, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que representa 60% do IGP-M, subiu 0,89% no mês, ante 0,69% na medição anterior. Já o IGP-M deve ter avançado 0,75%.

Segundo Milan, o maior impacto sobre o índice veio dos itens industriais, cuja inflação aumentou de 1,52% para 1,9% entre dezembro e janeiro. As oscilações, agora mais frequentes, dos preços de combustíveis desde a mudança da política de correções da Petrobras tiveram efeito de alta sobre o IPA industrial, diz. Ao mesmo tempo, o minério - item de maior peso no indicador da indústria - seguiu em aceleração no mercado internacional.

Na contramão dos preços industriais, os itens agropecuários devem ter registrado redução mais forte em janeiro. Nas estimativas do economista, esse conjunto de preços recuou 1,95% neste mês, depois de já ter caído 1,39% na leitura anterior. De acordo com o economista, a deflação mais intensa ocorreu em função principalmente dos grãos, como soja, milho e feijão. "Há uma recomposição generalizada da oferta de grãos", observa Milan, o que tem feito a inflação de produtos agrícolas ficar bem mais comportada do que o padrão sazonal sugere.

"As quedas dos preços dos produtos agropecuários deverão se intensificar novamente, ajudando a contrabalançar em parte a alta do IPA Industrial, determinada pelos combustíveis", afirma a equipe econômica da MCM Consultores em relatório. Para a consultoria, o IGP-M registrou alta de 0,72% neste mês, o que levaria a inflação acumulada em 12 meses a cair para 6,7%.

Para o Índice de Preços ao Consumidor - Mercado (IPC-M), que representa 30% do IGP-M, a expectativa também é de aceleração no mês, acrescenta a MCM, a ser influenciada pelos reajustes anuais de mensalidades escolares - que, na metodologia da FGV, são incorporados em janeiro -, correções de transporte público e a volta dos alimentos ao campo positivo. "Com esse resultado, a taxa de variação acumulada em 12 meses cederá de 7,17% para 6,7%", estima a consultoria.

Milan, da Tendências, projeta que o IPC subiu de 0,20% para 0,60%, puxado pela sazonalidade mais pressionada de início de ano. Para o economista, a inflação maior no atacado e no varejo não anula a trajetória de desinflação que vem sendo observada desde os últimos meses de 2016.

"Esses movimentos de alta tendem a ser mais pontuais, principalmente no IPA industrial", diz o economista, para quem a descompressão em 12 meses do IGP-M será rápida. Já em fevereiro, estima, o índice deve ficar abaixo de 6%.

Por fim, o Índice Nacional de Custo da Construção Civil - M (INCC-M), já divulgado pela FGV e responsável por 10% dos IGPs, desacelerou a 0,29% em janeiro, de 0,36% em dezembro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Juliana Schincariol

Título: BNDES perde voto em comitê que discute conteúdo local

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) perderá direito a voto no comitê do governo federal que discute a reformulação da política de conteúdo local para o setor de petróleo. O comitê faz parte do Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural (Pedefor), criado em janeiro de 2016, ainda no governo Dilma Rousseff. O objetivo é aprimorar a política de conteúdo local do setor.

"O BNDES continuará a contribuir na formulação da política de conteúdo local na cadeia produtiva de petróleo e gás, como membro dos Comitês Técnico Operativo e Diretivo do Pedefor, e em estreita colaboração com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), que passa a integrar os comitês", disse o banco em nota.

O banco destacou que os ministérios são os responsáveis pela formulação das políticas de governo, e "entende que a mudança visa tornar o direito de voto nos Comitês do Pedefor compatível com esse princípio", acrescentou. Além da instituição, também deixarão de votar a Agência Nacional de Petróleo (ANP) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), apurou o Valor. A agência Reuters noticiou no sábado que o governo planeja centralizar discussões sobre mudanças na política de conteúdo local do setor de petróleo. O plano, segundo a reportagem, é alterar o decreto que criou o comitê.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito****Título: Redução de pessoal deverá custar R\$ 2,5 bi à Eletrobras**

A Eletrobras planeja desembolsar R\$ 2,5 bilhões com os planos de demissão voluntária e de incentivo à aposentadoria de seus funcionários previstos para este ano. O objetivo da empresa, com as duas iniciativas, é reduzir em 5 mil empregados a força de trabalho do grupo - um custo médio de R\$ 500 mil por funcionário desligado - e gerar uma economia à companhia de R\$ 1,7 bilhão anuais. Junto com a previsão de desligamento de 6 mil funcionários relativos às distribuidoras que deverão ser vendidas este ano, a Eletrobras reduzirá o total de seu contingente de 23 mil para 12 mil pessoas.

Os detalhes finais dos planos de desligamento e aposentadoria incentivados ainda precisam passar pela aprovação do Ministério do Planejamento e ainda podem sofrer mudanças. Quando aprovados, eles serão divulgadas inicialmente aos empregados das empresas do grupo.

A redução do número de funcionários está prevista no plano de negócios 2017-2021 da Eletrobras. Lançado no fim do ano passado, o plano enfim coloca em prática os principais pontos propostos em estudo feito pela consultoria alemã Roland Berger, ente 2013 e 2014, a pedido da própria estatal, mas que nunca tinham sido adotados. "Já tínhamos um conjunto de indicações da própria Roland Berger que não haviam sido implementadas. Nós implementamos de imediato na holding", afirmou o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr., em entrevista ao Valor.

Com relação ao plano de aposentadoria incentivada, o executivo participará de reunião nesta semana com uma equipe do Ministério do Planejamento para tratar do assunto. A ideia é lançar a iniciativa em fevereiro para concluir o processo até maio.

A estimativa da estatal é de uma adesão de 50% dos cerca de 5 mil funcionários que preenchem às condições necessárias para a aposentadoria, seja por idade ou tempo de serviço. O programa terá um custo de R\$ 1,5 bilhão e um potencial de economia de R\$ 900 milhões anuais.

Sobre o plano de incentivo às demissões, o objetivo da companhia é realizar a medida entre o primeiro e o segundo semestre deste ano, com estimativa de redução de 2.500 postos de trabalho. O programa tem custo estimado de R\$ 1 bilhão e potencial de economia de R\$ 600 milhões anuais.

Com a redução do número de funcionários, a Eletrobras ainda calcula ganhos de R\$ 200 milhões anuais com racionalização do espaço de trabalho e corte de redução de custos com gratificações.

A redução do número de funcionários faz parte da reestruturação organizacional da Eletrobras, iniciada ainda no ano passado e que já cortou de 228 para 99 o número de funções gratificadas na holding. A meta da companhia é cortar em 28% os custos operacionais, trazendo essa rubrica para um valor igual ou menor ao indicador regulatório.

A queda dos custos operacionais é um dos três pilares do plano de negócios 2017-2021, que inclui ainda a redução do nível de endividamento, impulsionada pela venda de ativos de R\$ 4,6 bilhões prevista para 2017, e a melhora da governança da empresa. Foi de olho nesse tripé que o Ministério de Minas e Energia formou o conselho de administração da estatal, composto por nomes de peso do mercado e que contém especialistas em cada um dos temas do plano.

Na área de governança, a meta é eliminar as "fraquezas" do balanço financeiro, segundo Ferreira Jr. Na prática, o objetivo da companhia é que o resultado de 2017 seja aprovado pela auditora externa, a KPMG, sem ressalvas. Nessa linha, a estatal está implementando um modelo de cinco dimensões de compliance (conformidades).

Sobre os investimentos, a Eletrobras planeja aplicar R\$ 8,9 bilhões em 2017, valor R\$ 1,4 bilhão menor em relação ao previsto anteriormente. O objetivo da empresa será dar continuidade às obras em andamento pelas suas subsidiárias, com destaque à conclusão das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira (RO), e à implantação em curso das hidrelétricas de Belo Monte (PA), Sinop e São Manuel, ambas em Mato Grosso.

A estatal também pretende concluir neste ano o primeiro linhão que escoará energia de Belo Monte para o Sudeste, do qual Furnas possui fatia de 49%, em parceria com a chinesa State Grid (51%).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Indenizações por linhas de transmissão não vão para dívidas

A Eletrobras vai "carimbar" os recursos relativos às indenizações por investimentos feitos em ativos antigos de transmissão ainda não amortizados previstos para entrar no caixa da empresa, pelos próximos oito anos, a partir de

julho de 2017, no total de cerca de R\$ 17,7 bilhões. Por se tratar de recursos temporários, o objetivo da empresa é destinar esse montante para investimentos futuros, após a companhia se reequilibrar do ponto de vista econômico-financeiro.

"O ingresso [dos recursos das indenizações] vai vir pela receita da companhia. Não queremos misturar. Ele [recurso] tem obviamente que ajudar a matar a dívida [da empresa] no começo, mas ele vai ter que virar investimento em algum momento. Não queremos que ele seja confundido com uma receita operacional. Criamos um instrumento claramente para carimbar esse dinheiro", afirmou o presidente da companhia, Wilson Ferreira Júnior, em entrevista ao Valor.

Isso quer dizer, na prática, que a Eletrobras não considera esse montante para atingir a meta de redução do nível de endividamento (medido pela relação dívida líquida/Ebitda), de 8,7 vezes (no fim de setembro de 2016) para 4 vezes no fim de 2017. A expectativa é que a elétrica alcance um indicador ainda menor no fim deste ano.

Para chegar nessa marca, a companhia conta principalmente com a venda de R\$ 4,6 bilhões de ativos neste ano. O programa de desinvestimentos é dividido em quatro frentes: a privatização das seis distribuidoras integrais do grupo, previsto para ocorrer no último trimestre deste ano; o exercício de "tag along" (extensão do prêmio de controle a minoritários) nos empreendimentos em que o grupo tem participação minoritária e o acionista majoritário esteja vendendo sua fatia; a alienação de imóveis administrativos; e a venda de pacotes formados principalmente por projetos eólicos ou de transmissão das suas subsidiárias.

No caso dos pacotes, a medida tem um duplo efeito. As subsidiárias vão abater suas dívidas com a holding, repassando suas participações em projetos de geração, em sua maioria eólicas, e linhas de transmissão. Com isso, a Eletrobras vai agrupar esses ativos para vendê-los em seguida. A expectativa, segundo Ferreira Jr., é fazer a composição dos pacotes ainda no primeiro semestre, para realizar a venda deles no segundo semestre.

Sobre as distribuidoras, a Eletrobras prevê receber este ano os R\$ 913 milhões relativos à privatização da Celg Distribuição (Celg D), em 2016, e quer concluir no primeiro trimestre a desverticalização da Amazonas Energia, separando a atividade de distribuição dos ativos de geração e transmissão da empresa - medida essencial para que a distribuidora possa ser vendida. Na mesma linha, a holding tenta concluir as negociações com a Petrobras, referentes à compra de combustível para geração de energia elétrica em Manaus.

"Está em andamento [a negociação com a Petrobras]. As duas coisas estão sendo urgenciadas com a finalidade de resolver a dívida e a desverticalização", disse ele.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaque

Braskem na Cetrel

A Braskem informou na sexta-feira que fechou acordo para comprar fatia de 63,7% detida pela Odebrecht Utilities na companhia de serviços ambientais Cetrel, por R\$ 610 milhões. O montante será pago na conclusão da transação, podendo sofrer ajustes. A conclusão da aquisição está sujeita à deliberação pela assembleia geral de acionistas da Braskem e a condições precedentes usuais neste tipo de operação. A Cetrel é responsável pelo tratamento e disposição final dos efluentes e resíduos industriais, monitoramento ambiental e fornecimento de água para uso industrial das unidades da Braskem no Polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia. O Valor havia antecipado em outubro que a Braskem estava interessada na compra da Cetrel.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes

Título: Enseada pede recuperação extrajudicial

A Enseada Indústria Naval, empresa cujos sócios são as brasileiras Odebrecht, OAS e UTC mais a japonesa Kawasaki, chegou a acordo com grupo de credores para reestruturar dívidas de R\$ 1,3 bilhão. A reestruturação será feita por meio de recuperação extrajudicial protocolada na Justiça do Rio na sexta-feira à noite. O processo, que ainda precisará ser homologado pelo judiciário, envolve fornecedores e dívida bancária de curto prazo. O endividamento de longo prazo ficou de fora, pois está equacionado.

Com a medida, a Enseada pretende elaborar um plano de negócios para gerar receitas e pagar os credores em prazo que pode chegar, no pior cenário, até 19 anos - no melhor, a cinco anos. A empresa também quer atrair novos investimentos para a área onde instalou o estaleiro, em Maragogipe, no Recôncavo baiano. O estaleiro entrou em dificuldades depois da derrocada da Sete Brasil, seu único cliente, que pediu recuperação judicial no ano passado.

"A recuperação extrajudicial nos permite uma melhor organização uma vez que já largamos com um plano negociado com a maioria dos credores", disse ao Valor Fernando Barbosa, presidente da Enseada Indústria Naval. Os termos da recuperação extrajudicial foram definidos em comum acordo com um grupo de credores que representa mais de 64% do valor da dívida reestruturada. A empresa optou por incluir no processo somente as operações da Bahia reunidas nas instalações em Maragogipe. A operação no Rio, onde tem contratos com a Petrobras para a conversão de cascos de navios em plataformas de produção para a cessão onerosa do pré-sal, ficou de fora da recuperação extrajudicial.

Guilherme Abud, diretor jurídico da Enseada, disse que a empresa optou por incluir na ação de recuperação um grupo específico de credores. A lista considera fornecedores das sondas para Sete Brasil, de empresas envolvidas na construção do estaleiro Enseada e fornecedores vinculados a atividades administrativas e corporativas. A avaliação é que incluir esse grupo de credores na ação extrajudicial "blinda" a empresa de eventuais discussões futuras sobre sucessão de dívidas. "Assim, estamos aptos a atrair [novos] investidores [para o estaleiro] sem ter que recorrer a medidas mais traumáticas como seria a recuperação judicial", disse.

Ele avaliou que a recuperação extrajudicial é um processo mais simples do que a judicial, pois a empresa vai à Justiça para homologar um acordo já acertado com a maioria dos credores. Na prática, disse Abud, é como se a Enseada tivesse criado uma Unidade Produtiva Isolada (UPI), figura jurídica prevista na nova lei de falências que protege investidores de herdarem dívidas passadas.

Barbosa disse que o plano de negócios da Enseada prevê vários cenários. Um deles considera a possibilidade de continuidade de algum negócio com a Sete Brasil. Pelo plano original, a Enseada faria seis unidades de perfuração para a Sete, mas depois de todos os problemas enfrentados pela empresa de sondas há mais dúvidas do que certezas sobre o futuro de pelo menos parte desses contratos.

Barbosa disse que a Enseada tem quase R\$ 3 bilhões em créditos a receber da Sete Brasil. "É algo que desorganiza as finanças da empresa." O crédito se refere a contratos de construção dos navios-sondas, dos quais um já tem mais de 75% de obra pronta e outro, 35%. Procurada, a Sete não se pronunciou.

Outras alternativas para a Enseada, numa estratégia de diversificação de atividades, é desenvolver outros negócios ligados à construção naval e offshore, como a construção de módulos e "topsides", que equipam plataformas de petróleo, bem como a prestação de serviços de integração dessas unidades. Licenciado e autorizado a funcionar como terminal de uso privativo, o estaleiro da Enseada também pode se voltar para operações portuárias como

movimentação de carga geral e granéis (sólidos e líquidos, incluindo combustíveis). Outra aposta, como terminal portuário, é a movimentação de cargas de projeto (equipamentos industriais para fábricas).

Espaço não falta em Maragogipe para desenvolver essas atividades. O estaleiro foi instalado em terreno com área total de 1,6 milhão de metros quadrados, dos quais cerca de 500 mil metros quadrados estão dedicados a uma área de reserva. Os restantes 1,1 milhão de metros quadrados foram terraplenados, mas só metade dessa área está hoje ocupada com as instalações industriais do estaleiro. Há, portanto, algo como 600 mil metros quadrados que podem ser desenvolvidos com novas atividades, disse Barbosa.

Frente às dificuldades da Sete Brasil, a Enseada não chegou a realizar todo o investimento previsto para o estaleiro, de R\$ 3,2 bilhões. Desembolsou 82% do total, ou R\$ 2,6 bilhões, sendo que R\$ 1 bilhão foi aportado em financiamentos concedidos pelo Fundo da Marinha Mercante (FMM) via Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal (CEF), que atuaram como agentes financeiros na operação. O valor emprestado pelo fundo, corrigido, soma cerca de R\$ 1,2 bilhão, mas não foi incluído na ação extrajudicial, pois o empréstimo conta com garantias reais da Enseada. A empresa, diz Barbosa, está adimplente com BB e Caixa. Disse que as duas instituições foram informadas da decisão da companhia de pedir recuperação extrajudicial.

Em meio a essa reestruturação da dívida, a Enseada pode também terminar com mudanças em sua base acionária. Barbosa não quis falar sobre o assunto, mas informações de mercado dão conta de que a UTC estaria em negociações com a Odebrecht para vender sua participação acionária na Enseada. Até agora os sócios permanecem com suas participações inalteradas na holding que os reúne, a Enseada Indústria Naval Participações S.A. A Odebrecht tem 50% e OAS e UTC, 25% cada uma.

Essa holding tem 70% da empresa operacional, a Enseada Indústria Naval S.A., que entrou com a ação extrajudicial. Os 30% restantes são da Kawasaki, que já provisionou US\$ 200 milhões desse negócio em seu balanço. Os japoneses já discutem saída da sociedade.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas / Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos

Título: EUA adiam regras para etanol e geram incerteza no mercado

A Agência de Proteção Ambiental (EPA, na sigla em inglês) dos EUA adiou para março a entrada em vigor dos novos volumes obrigatórios de uso de

combustíveis renováveis para este ano no país. Embora a suspensão temporária de novas medidas seja comum em transições de governo nos Estados Unidos, o anúncio gerou incertezas e desvalorização no mercado de créditos de etanol no país.

O mandato de combustíveis renováveis para este ano, estabelecido em novembro de 2016, foi incluído em uma lista de 30 medidas congeladas pela EPA publicada na quinta-feira no Registro Federal (equivalente ao Diário Oficial).

Pela regra, as refinarias deveriam usar neste ano 15 bilhões de galões de biocombustível convencional (categoria na qual se encaixa o etanol de milho) e de 4,28 bilhões de galões de biocombustíveis avançados (categoria na qual se encaixa o etanol de cana).

O Brasil, por ser um dos poucos produtores de etanol de cana, é o principal fornecedor do biocombustível aos EUA. No cálculo da EPA, dentro do mandato para 2017, o Brasil teria capacidade de vender cerca de 200 milhões de galões (ou 750 milhões de litros) ao país, conforme informou a União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica), na época.

A norma que obriga o uso dos volumes de combustível renovável passaria a valer a partir de 10 de fevereiro. Com a decisão da EPA, o início do novo mandato passou para 21 de março. É o tempo que o governo de Donald Trump terá para rever todas as regulamentações pendentes e realizar alterações.

Os receios com o congelamento do mandato já fizeram com que os créditos de combustíveis (os RINs) negociados entre as refinarias americanas caíssem aos menores valores em 14 meses. Na sexta-feira, os RINs para o biocombustível convencional chegaram a 52,75 centavos de dólar por RIN (ou por galão), queda de 27% desde o dia 19, conforme dados da consultoria S&P Global Platts e da agência de informações Argus.

Apesar da reação do mercado, o setor ainda está cauteloso. A organização que representa o setor de etanol dos EUA avaliou que o adiamento de medidas é comum em transições de governo e não vê risco para o programa de combustíveis renováveis. "Nós não esperamos que essa postergação resulte em quaisquer mudanças substantivas nos conteúdos da regra para 2017 em si", afirmou Bob Dinneen, presidente e CEO da Associação de Combustíveis Renováveis (RFA, na sigla em inglês), em nota.

Dinneen ressaltou que o adiamento não altera a validade do programa para 2017, dado que o mandato se aplica de forma retroativa a 1 de janeiro de 2017. "Essa postergação é simplesmente processual.

Não se espera que afete a implementação, o esforço ou a conformidade com o programa", acrescentou.

Já a Unica avaliou que é cedo para comentar sobre qual rumo do novo governo para a EPA.

MME / ASCOM